

TESTEMUNHOS DE MULHERES POLÍTICAS DE MUNICÍPIOS DO NORTE CATARINENSE SOBRE VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO

Ana Claudia Delfini¹

Luana Murara Rodrigues²

Resumo: São muitas as mulheres que sofrem por ousarem exercer mandatos políticos e desafiam a cultura patriarcal da política brasileira. Se a violência contra as mulheres ainda é um fenômeno naturalizado, quando se trata da violência política de gênero, o silenciamento e a naturalização são ainda maiores. Neste artigo, serão exploradas três categorias: gênero, “mulheres políticas” e violência política de gênero, problematizando a última a partir de testemunhos de mulheres vereadoras de dois municípios do norte catarinense.

Palavras-chaves: Gênero; Violência política de gênero; Mulheres políticas.

Abstract: Many women suffer gender-based political violence because they dare to exercise political mandates and challenge the patriarchal culture of Brazilian politics. If violence against women is still a naturalized phenomenon, when it comes to gender-based political violence, silencing and naturalization are even greater. This article will explore three categories: gender, “women politicians” and gender-based political violence, problematizing the last through the testimonies of women councilors from two municipalities in northern Santa Catarina.

Keywords: Gender; Gender-based political violence; Political women.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Doutora em Sociologia - Universidade Federal de Santa Catarina. Professora - Universidade do Vale do Itajaí. E-mail: anaclaudia.univali@gmail.com. ORCID: 0000-0002-7154-9020.

2 Mestre em Gestão de Políticas Públicas - Universidade do Vale do Itajaí. E-mail: luanamurara@gmail.com. ORCID: 0000-0001-7663-0381.

Introdução

Por que nós, mulheres, enfrentamos tantos empecilhos para ocupar os lugares em que desejamos estar?

A violência contra as mulheres é uma violação de direitos humanos, trata-se de problema social de gravíssima relevância no mundo, que não conhece fronteiras geográficas, culturais, tampouco socioeconômicas. Não é exclusividade do Brasil e se situa, sobretudo, na América Latina, região mais violenta do mundo para mulheres, onde enfrentamos níveis exorbitantes de violências.

No que tange às Políticas Públicas, percebe-se que a maior parte dos países latino-americanos, inclusive o Brasil, muito tem se preocupado em desenhar políticas contra violência doméstica e familiar, entretanto as violências de gênero nos âmbitos públicos, estatais e institucionais ainda são pouco exploradas.

Diante de tudo isso, mostra-se urgente problematizar as violências perpetradas contra as “mulheres políticas”, visibilizando o fenômeno, provocando reflexões, preenchendo hiatos, indagando os seus porquês e pensando em meios para a superação, dado que essas ações são inadiáveis na atual conjuntura sociopolítica.

Este artigo explora a violência política de gênero como categoria e reconhece o fenômeno quando o campo destas ações é o político e a vítima é uma mulher em exercício político. Organizado em 3 seções formatadas do seguinte modo: a primeira explora o conceito gênero como categoria de análise. A segunda explora as categorias “mulheres políticas” e violência política de gênero. E a terceira traz depoimentos de mulheres políticas.

1 Gênero: uma construção social

○ rosa e o azul, universos distintos carregados de simbologias e expectativas, começam a ser lapidados antes mesmo do nascimento de um ser humano. Um futuro bebê já se torna objeto de influências da sociedade e a vivência da infância, juventude e vida adulta é realizada de forma distinta para mulheres e homens. Essa construção dos papéis de gênero³, iniciada na infância, perdura na juventude e segue sendo reforçada na vida adulta com poucas alterações.

3 Embora algumas teóricas feministas utilizem o termo “prescrições de gênero”, neste trabalho o termo utilizado será “papéis de gênero” por se tratar de performances esperadas de meninas e meninos, homens e mulheres, como em peças de teatro, em que papéis são atribuídos a cada autora e ator, que devem respeitar um roteiro que seja cumprido nos mínimos detalhes.

Nesse sentido, Safiotti (2004, p. 136) propõe que o papel das mulheres, assim como dos homens, é constituído por uma distinção que a sociedade espera ver cumprido pelas diferentes categorias do sexo biológico, logo, “o conceito de gênero se situa na esfera social, diferente do conceito de sexo, posicionado no plano biológico”.

As mulheres são geralmente educadas para exercer atividades de cuidados relacionados ao privado e os homens, para exercer atividades laborais e políticas na esfera pública, portanto suas vidas são forjadas de forma e em espaços e esferas distintas.

Pensando na categoria gênero como relacional, partindo das proposições teóricas de Scott (1990, p. 86), este é entendido a partir das seguintes proposições: 1) como um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, 2) caracterizando-se uma forma primária de dar significado às relações de poder que estruturam a sociedade.

De acordo com Tiburi (2018) homens e mulheres são afundados em uma relação vertical, em que a mulher ocupa o posto inferior no qual ela é colocada por mil arranjos simbólicos, de modo que toda a ideia de violência que afeta a vida das mulheres tem a ver com esse lugar.

Partindo destes entendimentos, compreende-se que a desigualdade de gênero é resultante de um processo histórico-estrutural de hierarquização entre os sexos, atuando como pretexto para a dominação masculina e meio pelo qual ela se estabelece (Pateman, 1993).

Conforme visto, os entendimentos sobre o conceito são múltiplos e discussão de gênero é a forma mais eficaz de desconstrução da teoria machista e patriarcal presente na nossa sociedade.

2 “Mulheres políticas” e violência política de gênero

No Brasil, os casos de violência política de gênero têm se elevado na última década, colocando-nos diante da fragilidade em que o Estado democrático de direito se encontra. O feminicídio político da vereadora Marielle Franco é o mais emblemático e nos coloca diante de um limiar, pois atinge a democracia como espaço de construção de alternativas.

Pesquisa realizada pelo Instituto Justiça de Saia em 2021, revelou que no Brasil, mais da metade das mulheres que ocupam cargos políticos já sofreram algum tipo de violência política⁴. Mas o que estas mulheres têm em comum? São mulheres e são políticas.

⁴ <https://www.justicadesaia.com.br/>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2022.

Aqui, a expressão “mulheres políticas” é tratada como categoria de análise, caracterizando-se como um conceito em construção, criado para dar conta de um tipo de mulher que até pouco tempo não era discutida na ciência.

Na literatura feminista, a categoria é utilizada conceitualmente em estudos sobre democracia e feminismo por autoras que sugerem que “mulheres políticas” são: as mulheres que fizeram uma carreira parlamentar (Pinto e Silveira, 2016); as candidatas a cargos eletivos do poder Executivo que sagraram-se eleitas (Panke, 2016); as mulheres que ocupam cargos de liderança e posições de poder na sociedade, incluindo as mulheres que ocupavam cargos na política (Nogueira, 2006); as profissionais da área da política (Morais, 2008). Para fins deste estudo, o conceito será utilizado para denominar as mulheres candidatas a cargos eletivos e, que ocupam cargos na política representativa.

Sobre a categoria cerne deste trabalho, Achenti e Albaine (2018, p. 9) definem violência política de gênero “quando o uso do poder político, de qualquer forma, mesmo em omissões, viola os direitos políticos das mulheres ou os impede de exercê-los, somos confrontados com atos de violência política de gênero”. Esses atos se particularizam pelo fim ou efeito de manutenção do status quo de dominância patriarcal para manter as mulheres confinadas ao espaço privado, reservando aos homens o espaço público.

A violência política de gênero obstrui cotidianamente o exercício dos direitos políticos das mulheres através de práticas de violência direta – de caráter mais explícito e repressivo – e violência indireta – de caráter estrutural.

A especificidade da violência política baseada em gênero se sustenta sobre as assimetrias das relações de poder entre homens e mulheres (Cerna; Ballesteros, 2014) que configuram a lógica do fazer político.

No Brasil, apenas em 2021 foi sancionada a Lei 14.192/2021, estabelecendo normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher.

Os marcos legais e jurídicos que tratam da temática são de suma importância, porém, cumpre destacar que a lei, no sentido de somente tipificar e prever sanções, não resultará por si só na implementação de políticas públicas efetivas para a prevenção e erradicação do problema. Por isto, para que essas leis possibilitem um marco formal de ação, requer-se vontade de diferentes instâncias para que se traduza em instrumentos de políticas públicas, as quais devem ser desenhadas de acordo com o contexto sociopolítico e institucional.

3 Testemunhos de mulheres políticas de municípios do norte catarinense

A entrevista é uma ferramenta que se inseriu como meio de coleta dos fatos relatados pelas vereadoras, como sujeitas que vivenciam determinada realidade. O método escolhido foi a de entrevistas semiestruturadas, combinando perguntas abertas e fechadas. Foram entrevistadas três mulheres vereadoras de dois municípios do norte catarinense.

Durante as entrevistas, várias questões foram abordadas: a inserção das vereadoras na política, o apoio da família, o apoio do partido, suas perspectivas e vivências sobre violência política de gênero, entre outras.

A primeira entrevistada, vereadora Cristina teve seu primeiro contato com a política na infância, quando seu pai adotivo foi prefeito em sua cidade natal, contudo não tinha o desejo de entrar para a política, conta que algo foi se construindo com o passar dos anos à medida que se envolvia com a comunidade. No ano de 2016, foi convidada para assumir a Secretaria de Assistência Social e Habitação, convite que foi aceito após consultar a família, que lhe apoiou.

O início de sua jornada na política eleitoral ocorreu quando foi convidada para um jantar do partido no qual é filiada ainda hoje, momento em que se interessou pela proposta e filiou-se. Ao chegar em casa após o jantar e contar para o marido sobre a filiação, foi chamada de “louca”. No início, participava discretamente nas ações do partido, até que em 2019, foi convidada pelo partido para se candidatar a vereadora: “eles pediram, eu fui”. Afirma que a entrada para a política eleitoral “foi algo que aconteceu”.

Em relação ao papel do partido na campanha, considera que não houve qualquer tipo de apoio do partido durante a campanha.

Sobre a inserção na política, a segunda entrevistada, vereadora Aline, conta que algumas pessoas já haviam feito o convite para a política em anos anteriores e em 2016, uma amiga apresentou o partido no qual filiou-se por ter se identificado com as diretrizes e sobretudo por não utilizar o fundo eleitoral.

Quando veio o convite para concorrer ao legislativo municipal, lembra que seu irmão lhe disse uma frase que ficou marcada: “[...] por pessoas como tu que não querem se envolver na política que a gente continua tendo a política do jeito que tá”. Após a conversa com o irmão, aceitou o desafio movida pela vontade de “fazer uma nova política”. Obteve ainda grande apoio do seu filho e expôs que ele foi “o organizador da campanha, o marqueteiro, o motorista e o entregador de panfleto”. A partir das vivências da infância, juventude e principalmente como diretora de diversas escolas.

Diferentemente do apoio recebido pelo irmão e pelo filho, com o marido foi o oposto: “Por ele, eu não teria entrado na política, acho que é porque eu teria menos tempo pra ele, mas também ele tinha consciência de que se eu quisesse entrar não ia adiantar ele dizer que não” (Aline).

A vereadora manifesta que recebe reclamações frequentes do companheiro por estar na política: “Bem que eu queria que tu não tivesse entrado porque agora tu tem menos tempo”.

Diferentemente das outras mulheres políticas entrevistadas nessa pesquisa, Aline considera que o partido lhe deu grande apoio na época da campanha. Conta que existia um grupo composto por todos e todas as candidatas do partido onde trocavam ideias, estratégias e se ajudavam, independentemente de serem homens ou mulheres. No partido existe ainda um departamento específico de apoio ao mandatário, do qual se socorreu na época da campanha e ainda hoje, quando necessita.

Nas suas falas, realiza comparativo com práticas de outros partidos:

Porque a gente sabe que tem partido político que convida as mulheres, não incentiva, não dá um centavo pra mulher desenvolver a campanha, ela nem é chamada para participar das decisões. Eu sonho com o dia que não precise ter 30% de cota pras mulheres (Aline).

Apesar de todo o apoio mencionado, o partido não apoia ações voltadas exclusivamente para mulheres, por entender ser contrário ao princípio da igualdade, conforme diretriz do partido veementemente defendida pela maioria de seus filiados: “dentro do partido essas ações voltadas para grupos específicos não são muito bem-vistas”.

Há um grupo de mulheres no partido que realiza encontros regionais utilizando um recurso específico destinado às ações para as mulheres dentro do partido, encontros estes que somente são realizados pois, caso o partido não utilize o recurso, é multado.

A terceira entrevistada, a vereadora Helena teve seu primeiro contato com o mundo da política com 18 anos, quando trabalhou na prefeitura do seu município por 3 três anos. Ocupou o cargo de recepcionista e conta que naquele primeiro contato já se sentiu discriminada por ser uma mulher, jovem e por não ser de uma família conhecida da cidade. Durante esses anos na área pública, sofreu diversos tipos de assédios tanto dos munícipes que atendia, quanto dos funcionários da prefeitura.

O chefe do poder Executivo da época em que ela trabalhou na prefeitura por vários anos a convidou para entrar na política eleitoral e finalmente em 2020, quando soube que ele concorreria novamente ao Executivo, o procurou e manifestou interesse em se candidatar a vereadora e recebeu grande apoio, tendo o político como um padrinho: “meu, que alegria, nós precisamos de mulher e de jovens e tu é uma líder”.

Em relação ao apoio da família, afirmou que isto não se mostra tão importante para ela, mas que não se opuseram. Seu pai auxiliou na campanha e sua mãe, que mora longe, acredita que a filha ainda será prefeita.

Na época de campanha, não recebeu apoio do partido em nenhum sentido, montou um comitê com amigos de diversas cidades que lhe deram suporte e considera que se não fosse a terapia, não teria conseguido aguentar o processo:

Eu entrei bem na inocência na política, não fazia ideia de muita coisa, talvez se eu soubesse eu não teria entrado. [...] Fui descobrindo as coisas na campanha, graças a Deus antes eu não sabia, senão não teria entrado (Helena).

Além dela, pelo partido saíram como candidatas mais 3 mulheres que também não tiveram aceitação do partido e a mais votada delas atingiu apenas 60 votos. Esta falta de apoio e direcionamento do partido perdura até hoje e por ter um posicionamento progressista, já sofreu diversas retaliações dos colegas de partido: “Esses dias eu estava usando aquela camiseta lute como uma garota e o diretor do partido chamou a minha atenção” (Helena).

O termo “Lutar como uma garota” já foi utilizado como sinônimo de não ter coragem ou força para vencer e foi ressignificado, sendo utilizado hoje por muitas mulheres, sobretudo as feministas, para passar o recado de que “lutar como uma garota” é resistir a opressões diversas, é sinônimo de força.

Sobre o impregnado no espaço político, a concordância das mulheres políticas entrevistadas é unânime:

Eu vejo isso, que o espaço da política é muito masculinizado. Existe uma resistência dentro da câmara por ser mulher, precisamos sempre desconstruir algo que está construído [...] Nós somos vistas como a mulher, não adianta dizer que não existe diferença, porque existe essa questão que hoje nós mulheres podemos ser mais vistas e isso incomoda (Cristina).

A fala da vereadora Cristina, citada acima, demonstra a resistência que as mulheres decididas a ingressar e se manter na política sofrem e, sobretudo, a necessidade de resistir para conseguir mudar o que está posto.

A vereadora Aline considera a política de modo geral um espaço machista, predominantemente masculino e entende que a partir desse contexto as mulheres sofrem. No entanto, comemora por não ser a única mulher na Câmara: “sorte que tem mais uma vereadora, porque a gente tem a tendência de se juntar para se fortalecer”. Ainda sobre a cultura impregnada no âmbito político, Aline se posiciona no seguinte sentido: “Esse negócio de tirar o machismo e patriarcal, nós mulheres temos uma grande influência nisso, temos uma grande possibilidade desse mundo ficar diferente”.

Já a vereadora Helena conta que, enquanto mulher política, é necessário estar sempre se posicionando enquanto os homens não precisam ter essas preocupações e se revolta com as diferenças de tratamento: “Eu não separo as pessoas por gênero e não quero que seja assim, eu vejo as pessoas assim, eu fico puta quando vejo que não é”.

O cerne deste trabalho é, como já demonstrado, a violência política de gênero. Adentraremos, então, na investigação de possíveis situações ocorridas com as sujeitas da pesquisa e suas percepções sobre a questão.

Durante as entrevistas, quando questionadas, as vereadoras relataram inúmeras violações sofridas não só por elas, mas também por outras mulheres políticas que conhecem. É comum que essas violências se iniciem ainda no período de campanha, como uma forma de barrar a entrada das mulheres em espaços antes ocupados exclusivamente pelos homens e de manutenção da lógica de poder masculina (Biroli, 2010).

Dentre os episódios de violência política de gênero expostos pelas vereadoras, os trazidos por Ana foram os mais graves. A vereadora conta que na campanha ouviu diversos comentários com objetivo de desmotivá-la e fazê-la desistir, como:

Pode parar, vai pra casa, não fica perdendo teu tempo aqui, teu partido só vai eleger um, e vai ser o fulano. Não perde teu tempo menina, vai pra tua casa fazer outra coisa, não fica aí gastando teu tempo;

Mulher na política é assim, isso é só o começo, se prepara;

Aquela dali tá só pra cumprir a legenda, vai fazer 50 votos (Helena).

Nos trechos acima, chama muita atenção a repetição da frase “vai para casa”, que denota a não aceitação do espaço público como um local para as

mulheres e traz consigo a simbologia do privado de que a mulher teria que se recolher, cumprindo papéis preestabelecidos pelo patriarcado.

Além de comentários no sentido de desencorajá-la, sofreu ainda ameaças de espalharem seus possíveis “podres” pela cidade, o que considera que teria relação com sua opção sexual nunca declarada oficialmente, pela falta de aceitação da família e da sociedade. Relatou ainda que por diversas vezes foi seguida por um automóvel e depois descobriu que havia sido a mando de candidatos de outros partidos, ela conta: “Eles queriam me desestabilizar, porque sabiam que eu tava forte”.

A situação mais marcante ocorreu em um dia de grande movimento em seu estabelecimento quando, segundo ela: “um velho do próprio partido, candidato a vereador, mandou pessoas que nunca tinham ido lá, não eram clientes, para fazer confusão”. Relata que os homens chegaram falando alto, destratando os garçons e afirmando que estavam sendo mal atendidos por serem negros, em uma tentativa de acusá-la de racismo. Além disso, foi chamada de vaca e deram de dedo na sua cara, algo que jamais havia acontecido em seu estabelecimento. Sobre o ocorrido, completa: “naquele dia, por coincidência, o presidente do partido estava jantando lá e presenciou tudo, quando terminou ele disse que era assim mesmo” sem oferecer qualquer apoio.

No dia das eleições, a vereadora conta que postou uma foto no seu Instagram pessoal sem mencionar nada sobre política e o próprio partido a acusou de estar fazendo propaganda eleitoral. Sobre algumas acusações citadas no parágrafo anterior, a vereadora rebateu:

Isso era uma coisa que eu tinha muito dentro de mim, que se em algum momento eu tivesse que deixar de ser quem eu sou por conta da política, não fazia mais sentido eu estar ali, só que eu também sofro muito por isso, tenho muito medo de ser julgada, desde a campanha (Helena).

Com a análise dos substratos trazidos pela vereadora, concluímos que ocorreram diversos episódios de violência política de gênero ainda em sua campanha, perpetrados pela sociedade e principalmente pelo próprio partido, diretamente ou por omissão.

Helena, além de ter sido alvo de violências durante sua campanha, logo que se elegeu, sofreu ataques virtuais no Facebook, através de comentários negativos sobre sua orientação sexual e honestidade como: “vote sapatão” e “o povo não conhece ela mesmo, agora vai roubar lá dentro”. Ouviu ainda, comentários de que só teria obtido êxito porque era amante do prefeito, que ele e o vice a teriam “carregado nas costas” e que sua vitória foi “sorte

de principiante”, reforçando a ideia da sociedade de que as conquistas das mulheres sempre estão condicionadas a fatos exteriores.

As violências não cessaram, comenta que: “um dia um colega começou a fazer perguntas sobre sua intimidade, não vou dar detalhes, mas eu me senti muito mal” e já na primeira sessão da câmara, quando a vereadora apresentou sua primeira moção foi julgada pelos colegas. Quanto a isso, conclui que os homens políticos tentam desestimular sua participação o tempo todo: “é o que eles fazem, te desestimulam o tempo inteiro, isso eles fazem muito, principalmente os que estão há mais tempo na política”. Narrou ainda que, em determinada situação, quando apresentou um projeto de lei pelo qual havia se dedicado muito, viu os colegas cochichando entre eles “como se tirassem sarro, saí de lá muito chateada” e que até hoje fica nervosa quando sobe na tribuna.

Por ser a única mulher entre 8 homens dentro da Câmara, conta que os colegas acham que ela não tem força sozinha e que gostaria que tivesse o mesmo tratamento. Em suas palavras: “eu não queria que eles me tratassem diferente porque eu sou mulher, eu queria ser tratada igual, de igual pra igual”.

Em relação às experiências vivenciadas na campanha, Helena relatou: “[...] muita gente do partido não acreditava que eu fosse ganhar e muita gente não queria que eu ganhasse, não queria que eu fosse eleita, ninguém acreditava que eu ia chegar nesse número de votos”.

Quando questionada se a falta de apoio nesse sentido teria relação com o fato de ser mulher, afirmou que sim. Frisa-se que esta falta de apoio do partido, configura-se por si só como uma violência política de gênero, com o intuito de inibir sua participação política.

Na contramão das outras vereadoras, Aline afirmou não ter sofrido qualquer tipo de resistência ou violência durante a campanha, muito pelo contrário, citou que obteve grande apoio de todos ao seu redor e apesar da maioria do seu eleitorado ter sido mulher, ficou surpresa ao saber que os maridos de muitas destas mulheres também votaram nela.

Já após eleitas, Cristina e Aline, que são colegas na Câmara de um dos municípios pesquisados, relataram que passam por diversas situações, como: “tem cochichos quando subimos na tribuna” e que os vereadores dizem que elas criam matérias apenas para fazer release para imprensa, que eles “ficam tirando sarro” e que “quando um colega homem sobe na tribuna eles podem até cochichar, mas é diferente”.

A vereadora Cristina narra que sofre violência dos colegas pela forma de se expressar: “admito que eu falo errado, né, e você é cobrada por isso, eu até

fui em fonoaudióloga. Como a gente vem de uma região de muito italiano a nossa fala é diferente, quando falo errado eles pegam no meu pé”.

Em relação à aparência, divide que, enquanto mulher, precisa se preocupar com a forma que se veste, com a postura, que precisa se cobrar para estar “dentro do padrão e nunca aparecer ‘vulgar’ aos olhos dos homens” e quando questionada se já sofreu violência pela sua aparência ou pela forma de se vestir, disse que “já aconteceu e ficou chato, há esse olhar e há aquela cobrança”. Sobre o assunto, entende que “não é a roupa, é a cabeça deles que fixa no que está atrás do que está” mostrando como a mulher é objetificada o tempo inteiro.

A situação relatada que mais marcou a vereadora, ocorreu quando, na contramão da base do governo, da qual fazia parte, votou contra um projeto de lei específico que, de acordo com seu entendimento, prejudicaria a população e os motoristas de vans em favor da única empresa de transporte público do município.

Após a primeira votação, a vereadora relatou que alguns integrantes do partido foram conversar com o seu marido para que ele tomasse alguma atitude no sentido de convencê-la a mudar de ideia e votar favorável na segunda votação do projeto de lei: “Meu esposo se revoltou com tudo isso que aconteceu, mas ele não se envolve no que eu tenho que decidir aqui, nada. E dentro de casa a gente não é de ficar discutindo isso” (Cristina).

Mesmo diante de muitas pressões, a vereadora manteve seu voto e as retaliações vieram imediatamente. No dia seguinte, os cargos comissionados de sua indicação na prefeitura foram exonerados e começou a sofrer diversas ameaças, conta ela: “Teve uma pessoa lá no gabinete que disse, ‘tu vai começar a ser isolada e ser esquecida’. E foi exatamente isso que ocorreu, foi retirada da base, julgada, esquecida, sem receber qualquer apoio do partido” (Cristina).

Sobre a questão, a vereadora manifesta:

O que mais me dói é isso que está acontecendo hoje. Com tudo que aconteceu para mim, com tudo que acontece, se eu ficar me abatendo... Eu não posso me vitimizar, eu tenho que ser forte. Dá raiva, dá ódio, mas temos que mostrar que somos superiores a tudo (Cristina).

Sobre esses comentários dos colegas, Aline comentou diversas situações como essas trazidas pela colega, que numa certa ocasião, quando subiu à tribuna e estava falando da Procuradoria da Mulher eles “não paravam de cochichar”, principalmente por “não ser um assunto de interesse deles” e

que uma menina de 15 anos que assistia a sessão, após o término a procurou e falou “ai vereadora, eu achei tão feio o que aqueles homens disseram enquanto a senhora que estava falando, me deu vontade de sair de lá e dizer ‘ei, vocês não vão prestar atenção no que ela tá falando?’”. Ela afirma que ficou com essa mesma sensação, que aquilo a incomodou muito.

Em relação ao seu corpo, afirma que nunca ouviu comentários diretamente, mas que já lhe contaram que um vereador em específico já a depreciou por questões físicas e que esse mesmo vereador tem mania de abraçá-la, mesmo deixando claro que ela não gosta de abraço: “Sempre fico meio assim com esse negócio de muito abraço porque acho que tá querendo dar uma encostada”.

Quando questionadas sobre possíveis violações ocorridas por outras mulheres políticas que conhecem, Aline trouxe a situação de uma ex-vereadora e ex-prefeita da cidade que, em um evento, relatou diversos preconceitos sofridos, o quanto precisou lutar por ser mulher, por espaço, por não acreditarem nela como uma força política, para ser ouvida e o quanto teve que se impor para atingir seus objetivos. Aline considera que “eu tenho uma vantagem porque eu já tenho uma postura e uma voz impositiva por natureza, mas eu percebo que mulheres que têm um tom de fala mais suave, mais tranquilo, eles passam por cima, eles não escutam” e relata que quando sua colega fala na tribuna, os vereadores riem para tentar desestabilizá-la, pois sabem que “sua voz falha quando fica nervosa”.

Em seu partido, explicou que existe apenas uma mulher na bancada federal e que “ela é a única mulher, mas ela se impõe naquele espaço” e afirma que enquanto mulher política: “tu começa a ver que ou tu tem esse jeito mais impositivo ou tu acaba sendo derrubada, não só pelos homens, inclusive pelas mulheres que estão ali”, algo que se mostrou presente ainda no relato da vereadora Helena, que quando se elegeu, disse que pensou “agora eu vou precisar ser forte, aprender a me defender, me posicionar”.

Uma fala que apareceu diversas vezes em todas as entrevistas foi a da necessidade das vereadoras de “serem fortes” e “impositivas”, denota-se que no cenário político atual as mulheres ainda precisam se construir desta forma para ter respeito, enquanto subentende-se que os homens já o são por natureza, reforçando as ideias do sistema patriarcal, também os estereótipos de gênero.

Ainda sobre as violências que sofrem outras mulheres políticas, as vereadoras afirmaram que todas as mulheres políticas que conhecem relatam algum tipo de violência, principalmente de ordem moral e psicológica e que consideram que existem locais onde ocorrem um número muito mais elevado

de casos e tipos de violências mais graves, se comparados com os municípios onde hoje ocupam cadeiras nas Câmaras Legislativas.

A verdade é que, mesmo diante do avanço na participação das mulheres na política, os homens ainda dominam este campo do poder e querem continuar dominando. São tantos os desafios que as mulheres enfrentam ao longo do trajeto, no seu início, meio e fim.

Como as três vereadoras entrevistadas nesta pesquisa estão estreando na política partidária, iniciando o segundo ano de mandato, não consideram que houve mudanças no tratamento das mulheres que atuam neste âmbito no período.

Outra questão importante trazida nas entrevistas dadas pelas colegas Cristina e Aline é em relação à união dentro da câmara, mesmo sendo de partidos distintos, elas relatam que o que estão fazendo até hoje nunca havia sido pensado. Desde a posse, as vereadoras têm trabalhado incessantemente nas causas de Direitos das Mulheres.

Sobre as pautas abraçadas pelas vereadoras no sentido de garantia dos Direitos das Mulheres, elas relatam que os colegas vereadores na maioria das vezes “não votam contra, porque ficaria feio” e que cada vez que desejam fazer alguma indicação nesse sentido, precisam articular muito com os colegas.

Sobre a união das vereadoras, Cristina conta que já foi cobrada do próprio partido por estar com Aline e ambas consideram que os colegas oferecem resistência, têm ciúmes e que ficam com “dor de cotovelo” por serem tão unidas. Aline compartilhou que já houve um vereador que veio falar para ela que ela não conhece a colega, que “ela é boazinha, mas puxa o tapete” e quando questionada sobre como acha que seria se fosse a única mulher na câmara, respondeu que seria difícil se estivesse sozinha, seria complicado ter pautas em comum com os homens e defendeu que:

O fato de ter duas mulheres ajuda porque é aquela velha história, juntas somos mais fortes e o termo sororidade quanto mais for aplicado, mais nós vamos ganhar porque graças a Deus também já tá deixando de ter aquela coisa de tu querer puxar o tapete da tua colega em vez de tu querer trabalhar com ela, eu acho isso o máximo! (Aline).

Essa parceria entre duas vereadoras, mesmo que de siglas partidárias diferentes ela acontece com muito mais leveza e fluidez e empatia do que entre os coleguinhas meninos (Aline).

Já Cristina acha que se estivesse sozinha na Câmara o tratamento pelos homens melhoraria, mas que talvez eles conseguissem manipulá-la pois acredita que como são em duas, unem forças. Ainda sobre a colega, agradece “a gente une forças, então é mais difícil, ela me dá ânimo de fazer a diferença, eu só tenho que agradecer a ela, a gente faz um monte de coisa juntas”.

A vereadora Helena, apesar de não ter uma parceira mulher na Câmara, também defende leis e projetos voltados às mulheres, como comenta: “Eu gosto de representar as mulheres e busco fazer políticas públicas para mulheres. Já falei na tribuna que se eu que sou mulher não fizer políticas públicas para mulheres, os demais vereadores é que não vão” (Helena).

Dentre as principais ações realizadas em seu primeiro ano de mandato, destacam-se o “Projeto X Vermelho”, semelhante ao do município vizinho e a moção para auxiliar uma casa de apoio às mulheres, que acolhe vítimas de violência. Em 2022, ocorrerá a instituição da Procuradoria da Mulher e está iniciando uma pauta que diz respeito à saúde das mulheres. Com a instituição da procuradoria, a vereadora espera que sirva de exemplo para outras mulheres se inspirarem nisso para atuar na política ou apoiar outras mulheres em outras diversas instâncias.

Apesar de não ser o foco principal da pesquisa, vale frisar que as vereadoras entrevistadas possuem um objetivo em comum: lutam pelo direito e por políticas públicas para mulheres, o que é de suma importância, pois sabemos que, a mera presença de mulheres na política, nem sempre, reflete na construção de políticas públicas para mulheres.

Após trazerem suas experiências e ocorrências de violência política de gênero e sobre as pautas defendidas, as mulheres políticas foram questionadas se já chegaram a considerar desistir da política por alguma atitude realizada por outras pessoas, sejam colegas políticos, comunidade, partido, família ou imprensa e as respostas foram unânimes no sentido positivo.

A vereadora Helena afirmou que sim “muitas vezes... muitas vezes mesmo, mas não vou desistir”, relembrando tudo que passou para chegar até onde está hoje, ameaças, humilhações e falta de apoio do partido.

Já a vereadora Cristina, após toda a violência que sofreu na câmara em 2021, afirmou que:

Pensei em desistir, a gente sempre tem esses altos e baixos, mas você respira e pensa que você está ali por algum propósito, temos sempre que lembrar das quebras de paradigmas e eu não tenho medo de dar a cara pra bater, eu já tive, mas agora não tenho mais (Cristina).

Por fim, a vereadora Aline afirmou que por mais de uma ocasião pensou em desistir da política, não apenas por atitudes vindas dos outros, mas por achar frustrante ser vereadora e “não conseguir resolver os problemas” por diversos motivos como burocracia, politicagem e jogos de interesses.

Durante as entrevistas, um tema que emergiu naturalmente foi o feminismo, no sentido de as vereadoras se considerarem feministas ou não.

Quando questionada, Helena explicou: “não me considero feminista, apesar de muitas pessoas acharem que eu sou, mas também existem várias ramificações, talvez eu até sou, mas não vou ficar levantando bandeira”.

Já Aline compartilhou que:

Se ser feminista é defender a causa das mulheres, se ser feminista é lutar contra a violência contra a mulher, então eu sou feminista, mas se o teu conceito de feminista é de mulheres querendo ser mais do que os homens ou não sendo feminina, eu não me enquadro (Aline).

A vereadora explicou ainda que não gosta do termo “empoderada” por entender que teria uma conotação “de que a gente quisesse ser mais do que os homens, mas não é isso, a gente quer ter lado a lado, igualdade”.

Diferentemente de Aline e Helena, Cristina foi taxativa ao afirmar que não se considera feminista: “Um dia me disseram ‘Meu, Nina, tu tá parecendo feminista’, aquilo me doeu sabe, eu não sou feminista e esses dias ainda falei na tribuna que sou feminina, mulher e mãe e defendo o direito das mulheres” (Cristina).

Especificamente sobre o movimento, afirma que não discrimina, desde que não seja um movimento “radical” e entende que as mulheres devem querer igualdade com os homens, que devem “andar lado a lado” e não o contrário. A partir dos trechos citados acima, notamos que há, além de um receio em se denominar feminista, um desconhecimento em relação aos movimentos.

As vereadoras Aline e Helena, embora reconheçam a possibilidade de serem feministas, condicionam suas falas a não, já Cristina apresenta um certo repúdio ao movimento, no sentido de que ser vista como feminista representaria uma desqualificação.

Importante destacar que existe ainda grande resistência da sociedade e relação ao feminismo e à inclusão deste debate e das questões de gênero e diante disto, as entrevistadas denotam um tipo de receio em serem julgadas enquanto feministas, por entenderem que o movimento seria “radical” e que subjugaria os homens.

Para finalizar as entrevistas, as vereadoras foram questionadas sobre qual consideram o papel da mulher na política e na sociedade. Sobre esses papéis, Aline destaca:

O papel da mulher e do homem na sociedade é dos dois juntos fazer o que a gente tenha um mundo melhor, com menos desigualdade, seja ela cultural, religiosa, de gênero, tudo, mas eu acho que as mulheres precisam cada vez mais conquistar espaços de poder para poder estar lado a lado com o homem, para buscar essas questões de mais igualdade entre todos, eu ainda sonho com um mundo assim com mais desigualdade, mais justo (Aline).

Durante sua entrevista, ela reflete, mais uma vez, que as mulheres que estão em posição de liderança precisam ter consciência de que são inspiração para outras mulheres:

Isso é uma coisa que eu tenho muita consciência, eu Aline, como professora eu era uma inspiração para as meninas que me viam dando aula, eu me inspirei muito pelas mulheres que passaram pela minha vida, e te digo que eu tive sorte, porque tem mulheres fortes como inspiração (Aline).

Na política, a vereadora entende que dentre vários papéis, o principal é figurar como referência para mais mulheres gostam de discutir política e adentrarem na política:

Quero dar visibilidade para a mulher na política, ser uma vereadora que aparece, que se destaca pela presença política não ser só aquela bonequinha de presépio que só senta ali, que só vota favorável, e com isso também fazer com que mais mulheres se interessem pela política (Aline).

Sobre a não inserção da mulher na política, destaca:

A gente não foi incluída neste papo político desde cedo, eu lembro do meu pai falando sobre política, mas a minha mãe não, eu não via ela sendo incluída naquela conversa, isso também faz com que as mulheres achem um saco falar de política [...] é quase como falar de futebol, a política ficou mais ou menos isso, como não falamos achamos que é um assunto que não nos diz respeito (Aline).

Deseja inspirar mulheres para que nas próximas legislaturas elas adentrem para a política e afirma que irá incentivar cada vez mais as pessoas a votarem em mulheres. Já a vereadora Ana, considera que a mulher tem um olhar mais sensível para as coisas do que os homens e ela se atenta a detalhes que para

os homens não são relevantes, portanto, defende que seu papel na política é desenvolver políticas para as mulheres, idosos, adolescentes “porque se esperarmos que os homens vão fazer isso, esquece, não vão”.

Por fim, sobre o papel da mulher na política e na sociedade, Cristina entende que as mulheres têm a visão de fazer a diferença, de acreditar que é possível alcançar um mundo melhor, trabalhando mais o bem comum e menos a politicagem. Além disso, frisa que: “Eu vejo que a mulher na política vem para fortalecer, não só a parte da política em si, mas como um contexto geral com a visão que nós temos hoje, nós levantamos várias questões aqui dentro” (Cristina).

Cristina, Aline e Helena são, definitivamente, mulheres que transgridem o status quo, transcendendo o que lhes foi imposto, lutando cotidianamente por espaço, por respeito, por direitos e por políticas públicas para mulheres. Apesar de todas as violências sofridas, não desistem da luta, pois compreendem sua importância na sociedade e na política. Que essas mulheres possam servir de inspiração para tantas outras que desejam (e que lutam pelas mulheres) se inserir na política, pois somente através desse movimento será possível a mudança a realidade de um espaço machista, patriarcal e violento.

4 Considerações finais

Constituiu objeto deste artigo jogar holofotes para o fenômeno da violência política de gênero. Para pavimentar o caminho, a categoria gênero foi pensada como relacional e tratou-se da expressão “mulheres políticas” como categoria de análise para entender e conceituar as sujeitas de pesquisa e, ainda foi trazido à tona o conceito principal desta pesquisa: a violência política de gênero.

Após a consolidação teórica, com a realização das entrevistas, as mulheres políticas nos trouxeram substratos para diversas conclusões, das quais citamos aqui algumas: 1) todas as entrevistadas sofreram algum tipo de violência política de gênero, seja por ação ou omissão; 2) os perpetradores dessas violências foram seus próprios colegas, partidos e também a sociedade; 3) todas as entrevistadas transgridem o status quo e por serem mulheres, enfrentaram grandes desafios para entrar na política partidária e lutam cotidianamente por espaço, por respeito, para serem respeitadas e ouvidas; 4) as entrevistadas, apesar de não se considerarem feministas, levantam pautas feministas, lutam pelos direitos e por políticas públicas para mulheres.

Nos municípios pesquisados, embora as ocorrências do fenômeno sejam frequentes, ainda é tímida a atenção para o fenômeno, de modo que a lógica

patriarcal e machista continua dominando o espaço político e as mulheres que se inserem no legislativo municipal continuam sofrendo violências das mais diversas.

Referências

ALBAINE, Laura; ARCHENTI, Nélida. “O Feminismo na política: paridade e violência política de gênero na América Latina”. In: **Participação política feminina na América Latina**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2018. pp. 9-24.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. “Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas”. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n.3, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2010000300003/17681>>. Acesso em: 28 de novembro de 2019.

MORAIS, Fernanda Beatriz Caricari de. **As mulheres na política brasileira: um estudo sob a perspectiva sistêmico-funcional**. 2008. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://leto.pucsp.br/handle/handle/14005>>. Acesso em: 25 de março de 2020.

PANKE, Luciana. **Campanhas eleitorais para mulheres: desafios e tendências**. 1. ed. Curitiba: Ed. UFPR, 2016.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

Recebido em março de 2022.

Aprovado em outubro de 2022.